

Em 2002, a Assessoria de Comunicação Social da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) publicou um documento intitulado *Relatório Ambiental*, em que foi declarado que a instituição sempre esteve preocupada com o conflito entre agropecuária e preservação do meio ambiente, buscando o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro¹. A empresa, criada em 1972, durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici, estava alinhada ao plano de desenvolvimento do regime militar e deveria promover, coordenar e executar atividades de pesquisa com a finalidade de produzir conhecimentos e tecnologia necessários ao incremento da economia agrícola do país². Dessa forma, fomentar o uso sustentável dos recursos naturais brasileiros não constituía uma das suas metas principais. Compreender o processo e as razões por meio das quais a questão ambiental tornou-se eixo central das pesquisas realizadas na Embrapa é o mote central desse trabalho. Para realizar essa análise, o recorte temporal utilizado será o período entre 1972, quando ocorreu a criação da Embrapa, e 2002, ano de publicação do referido relatório.

Segundo a bibliografia que tratou do desenvolvimento da pesquisa agropecuária no Brasil, a partir de 1930, o governo brasileiro começou a tentar estabelecer uma única instituição de pesquisa em âmbito nacional que fosse capaz de coordenar e executar todos os estudos ligados à agropecuária. Cyro Mascarenhas Rodrigues, por exemplo, apontou que o grande marco da intervenção do Estado nas pesquisas científicas foi a criação do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (CNEPA). Este novo estabelecimento de investigação científica, criado em 1938, articulava pesquisa e experimentação agrícola com o ensino agrônomico, coordenado por um mesmo órgão³. No entanto, o autor destacou que, em 1962, a pesquisa agrônômica no país foi reorganizada. Assim, em outubro desse mesmo ano, o CNPEA foi extinto e houve a criação do Departamento de Pesquisa e Experimentação

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, orientada por Dominichi Miranda de Sá.

¹ EMBRAPA. Assessoria de Comunicação Social. *Relatório ambiental*. Brasília: DF, 2002.

² BRASIL, Decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973. Aprova os Estatutos da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72020impressao.htm>. Acesso em: 15 out. 2012.

³ RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. A pesquisa agropecuária federal no período compreendido entre a República Velha e o Estado Novo. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v. 4, n. 2, p.129-153, mai/ago 1987, p. 142.

Agropecuária (DPEA), cuja grande inovação foi a incorporação das pesquisas zootécnicas e veterinárias que até então eram vinculadas ao Departamento de Produção Animal⁴.

Cinco anos mais tarde, em 1967, aconteceu uma reforma administrativa federal que resultou na mudança de denominação dos órgãos de pesquisa agropecuária do país. O DPEA passou a se chamar Escritório de Pesquisa e Experimentação, mas continuou responsável pela coordenação, programação e avaliação da pesquisa agropecuária federal⁵. Já em 1971, o Ministério da Agricultura sofreu uma nova mudança estrutural e o EPE foi transformado no Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA). Contudo, de acordo com o autor, a implementação dos programas de pesquisa do DNPEA não estava sendo satisfatória na concepção das autoridades, principalmente porque não proporcionou um aumento da produtividade agrícola da terra e do trabalho como se esperava⁶.

Por esse motivo, o Ministério da Agricultura, formou um Grupo de Trabalho, composto por pelo engenheiro agrônomo Otto Lyra Schrader, diretor da Divisão de Pesquisa Fitotécnica, do DNPEA, e José Irineu Cabral, do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas para produzir um relatório no prazo de trinta dias. Esse documento deveria apontar as limitações do DNPEA, possíveis soluções para os problemas, definir as principais metas da pesquisa agropecuária brasileira e estabelecer uma estratégia para o desenvolvimento nacional que estivesse de acordo com o plano Metas e Bases para a Ação do Governo⁷.

Dessa maneira, o então ministro da agricultura Luís Fernando Cirne Lima buscava elaborar uma nova política de pesquisa agrícola que estivesse de acordo com os programas de desenvolvimento elaborados durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici⁸. De acordo com Luiz Carlos Delorme Prado e Fábio Sá Earp, o grande desafio estabelecido por esse governo foi superar o subdesenvolvimento e aproximar o Brasil dos países desenvolvidos até o final do século XX.⁹

⁴ RODRIGUES, Cyro Mascarenhas A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Caderno de Difusão de Tecnologia*. Brasília, v. 4, n. 3, set./dez. 1987, p.209.

⁵ Idem, p. 215.

⁶ Ibidem, p. 227.

⁷ CABRAL, José Irineu. *Livro Preto: Sugestões para formação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária*. Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

⁸ Nascido no Rio Grande do Sul foi chefe do Estado-Maior de Costa e Silva, quando este estava no comando da Terceira Região Militar. Também foi presidente do Serviço Nacional de Informações (SNI) e, em 1969, nomeado comandante do Terceiro Exército no Rio Grande do Sul. Posteriormente, Médici foi escolhido pela Junta Militar para tomar posse da presidência após a morte de Arthur Costa e Silva. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.212.

⁹ PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio S., O Milagre Brasileiro: Crescimento Acelerado, Integração Internacional e Concentração de Renda 1967-1973, In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 221.

Para alcançar esse crescimento, os autores ressaltaram que o governo estabeleceu dois planos de ação: o de Metas e Bases para a Ação do Governo, mencionado anteriormente, cuja finalidade era estabelecer os principais objetivos nacionais e o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), elaborado em 1971, que pretendia transformar o Brasil num país desenvolvido em apenas uma geração¹⁰. Segundo Prado e Earp, com esses dois planos, Médici buscava proporcionar um crescimento econômico para diminuir a oposição ao regime militar. A busca de legitimidade do governo nesse período, de acordo com eles, deslocou-se do plano político para o econômico. A base da sua propaganda e legitimidade fundamentava-se na ideia de que o país estaria passando por um processo de construção do “Brasil Potência”¹¹.

De acordo com José Eduardo Ferraz Clemente, para efetivar esse projeto que buscava transformar o Brasil numa grande potência, os militares acreditavam que era necessário promover o desenvolvimento da ciência nacional e da tecnologia, pois esses viabilizariam o crescimento do país¹². Assim, o governo investiu maciçamente em ciência e tecnologia e fomentou alguns centros de pesquisas, visto que essas áreas eram concebidas como molas propulsoras para o desenvolvimento econômico e industrial do país¹³.

Nesse sentido, segundo o relatório apresentado por Otto Lyra Schrader e José Irineu Cabral, o uso de tecnologia e a pesquisa agropecuária seriam fundamentais para aumentar o rendimento e a produtividade dos produtos básicos, um dos aspectos essenciais da política de desenvolvimento adotada por Médici. Por esta razão, era importante a criação de um novo sistema nacional de pesquisa agropecuária que fosse capaz de atender as necessidades de crescimento da economia. Dessa maneira, apontaram, como uma alternativa, a criação de uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura que deveria promover e realizar a pesquisa agropecuária no país e absorver as atribuições do Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária e seus bens móveis e imóveis. Ela seria o órgão central do sistema, que também contaria com outros organismos federais, estaduais, universidade e setor privado,

¹⁰ Idem, p. 221.

¹¹ Ibidem, p. 228.

¹² CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005, p.65-66.

¹³ Segundo Simon Schwartzman, ações, cuja finalidade era utilizar a ciência e a tecnologia como forma de fomentar o desenvolvimento econômico do Brasil, começaram a ser efetivadas ainda no início do regime militar, por meio de investimentos substanciais na área. O autor salienta que a crença compartilhada no poder da ciência e no nacionalismo foi o fator que possibilitou a convergência entre cientistas e intelectuais da esquerda e militares da direita. Contudo, essa convivência não foi tranquila. Muitos cientistas foram demitidos dos seus cargos acadêmicos ou exilados. Ver: SCHWARTZMAN, Simon. O grande salto à frente. In: *Um Espaço para a Ciência: A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Brasília: MCT/CNPq/CEE, 2001.

mediante planejamento dos projetos de pesquisa¹⁴. Com base nesse relatório, em 7 de dezembro de 1972, Médici promulgou a Lei nº 5.851, extinguindo o antigo DNPEA e autorizando a criação da Embrapa¹⁵.

O primeiro estatuto da Embrapa entrou em vigor no dia 28 de março de 1973. De acordo com esse regulamento, a Embrapa seria vinculada ao Ministério da Agricultura, teria sede em Brasília e seus objetivos seriam:

“I - promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia a serem empregados no desenvolvimento agrícola nacional;

II - dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo com atribuições de formulação, orientação e coordenação da política de ciência e tecnologia no setor agrícola.” (BRASIL, Decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973)

Todas essas pesquisas que a Embrapa efetivaria deveriam ser planejadas a partir de alguns critérios básicos, como, por exemplo, a compatibilização dos projetos da empresa com o Plano Nacional de Desenvolvimento do país, mencionado anteriormente, e a necessidade de adequação de todas as suas atividades às políticas de desenvolvimento do setor agrário elaboradas pelo Ministério da Agricultura¹⁶.

Os recursos financeiros para a realização das investigações científicas seriam provenientes de diversos meios. Inicialmente, a empresa receberia contribuição, por exemplo, de até cinco por cento da receita anual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e até dez por cento do lucro líquido anual que coubessem à União no Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. (BNCC), dentre outros¹⁷.

A empresa, inicialmente, foi estruturada em três níveis distintos: órgãos de Administração Superior, compostos pelo Conselho Técnico, Diretoria Executiva e unidades centrais; órgãos regionais, responsáveis pela formulação e efetivação de atividades de pesquisas regionais e de projetos específicos; e órgãos locais que realizariam pesquisas diretamente relacionadas aos projetos específicos¹⁸. Assim organizada, no dia 26 de abril de 1973, a Embrapa iniciou suas atividades e assumiu os institutos de pesquisa, as estações

¹⁴ CABRAL, José Irineu. Livro Preto: Sugestões para formação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Op. Cit., 2006, p. 108-111.

¹⁵ EMBRAPA. *Atos Constitutivos*. Brasília: DF, Embrapa, ATA, 1984, p.8-13.

¹⁶ Brasil, Decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973. Aprova os Estatutos da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72020impressao.htm>. Acesso em: 15 out. 2012.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Ibidem.

experimentais e os projetos elaborados até aquele momento pelo DNPEA. Desse modo, a empresa começava a coordenar todo o sistema de pesquisa agropecuária em âmbito federal, com várias unidades distribuídas pelo país¹⁹.

Ainda em 1973, a Embrapa criou, nos estados onde ainda não havia empresa de pesquisa agropecuária, Unidades de Execução de Pesquisas de Âmbito Estaduais (UEPAEs)²⁰. Em 1975, foi aprovado um novo estatuto, cuja maior diferença entre este e o anterior era a estrutura da empresa. A empresa passaria a estar dividida apenas em dois grupos: Órgãos de Administração Superior, composta pela Diretoria Executiva e pelas Unidades Centrais; e Órgãos Descentralizados, integrados pelas unidades de coordenação regional e estadual e pelas unidades de execução de abrangência nacional e estadual que tinham por objetivo coordenar, programar e efetuar as metas da empresa²¹.

A Embrapa, ao longo dos anos, tem exercido importante papel na realização de pesquisas científicas em diferentes áreas, com o objetivo de encontrar soluções e produzir inovações que possam ser utilizadas, segundo a missão da empresa, para garantir a “sustentabilidade da agricultura brasileira”. Nessa pesquisa, buscar-se-á refletir sobre o plano de desenvolvimento da ditadura para o país e o financiamento maciço que as pesquisas científicas receberam durante o governo militar para compreender a própria criação da empresa. Também será examinada a influência do ambientalismo e dos movimentos ecológicos contemporâneos, e seus debates acerca do desenvolvimento sustentável e da agroecologia, sobre os programas desenvolvimentistas nacionais e internacionais. Outro ponto importante a investigar é a adesão da empresa a programas de segurança alimentar, combate à pobreza e à fome, nacionais e internacionais, e sua articulação com a ecologia política, propostos e implementados no período sugerido para esta pesquisa.

Para levar a cabo esse estudo e compreender as políticas da instituição, seus principais objetivos e ações em relação a práticas sustentáveis de agricultura, serão examinados seus regulamentos, planos diretores, o Pronapa (que constitui uma publicação anual com a listagem de todas as pesquisas realizadas pela empresa ao longo do ano) e seus trabalhos referentes ao tema da conservação ambiental. Igualmente, serão analisados os acordos internacionais assinados pelo Brasil e os relatórios e documentos produzidos a partir das conferências organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse desdobramento, será privilegiada a análise da Embrapa Amazônia Oriental, uma das unidades da instituição que

¹⁹ Disponível em: <<http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>>. Acesso em: 15 out. 2012.

²⁰ SIQUEIRA, Alberto Luiz. *Órgãos agrícolas em Sergipe: panorama histórico da pesquisa*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006, p.20-21.

²¹ EMBRAPA, *Atos Constitutivos*. Op. Cit., 1984, p. 35.

trata diretamente da questão ambiental e que produz pesquisas que têm por objetivo desenvolver práticas agrícolas sustentáveis.

A partir de uma breve análise dos documentos, percebeu-se que a história da unidade Embrapa Amazônia Oriental começou ainda em 1939, muito antes da fundação da própria Embrapa, quando foi criada o Instituto Agrônomo do Norte (IAN), o primeiro centro de pesquisa agropecuária na Amazônia. Em 1964, esse instituto foi transformado em Instituto de Pesquisa e Experimentação Norte (PEAN). Alguns anos depois, em 1975, esse instituto foi convertido em Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU) e, posteriormente, em Embrapa Amazônia Oriental²².

Em 1993, a Embrapa Amazônia Oriental publicou seu primeiro Plano Diretor, documento em que são delimitadas as diretrizes a serem seguidas pela unidade. De acordo com esse plano, o objetivo inicial da unidade era a geração de tecnologias e conhecimentos que permitissem o uso racional dos recursos naturais e socioeconômicos necessários para o desenvolvimento agropecuário da região²³. No entanto, devido a mudanças ligadas a questões de natureza ambiental, tecnológica e socioeconômica, a Embrapa Amazônia Oriental reconheceu a necessidade de reavaliar sua missão, funções, estratégias e estrutura organizacional para adequá-las ao novo contexto externo²⁴. Assim, em função dessas modificações ocorridas, foi estabelecida uma nova missão para unidade, que seria: “contribuir para o desenvolvimento rural sustentável da Amazônia, com o uso racional e conservação de seus recursos naturais, através da geração, adaptação e difusão de conhecimentos científicos-tecnológicos e socioeconômicos em benefício da sociedade.”(EMBRAPA, 1993:33). Segundo esse Plano Diretor, entendia-se como sustentável “o desenvolvimento rural agrotecnicamente factível, economicamente viável, ecologicamente equilibrado e socialmente justo.” (Idem, p.33)

Na verdade, essas transformações ocorridas na Embrapa Amazônia Oriental fizeram parte de um processo de reorientação que começou a ocorrer na Embrapa, a partir da década de 1980, quando foi publicado o primeiro Plano Diretor geral da instituição. De acordo com esse documento, a sociedade brasileira ao longo dos anos, sofreu profundas modificações, dentre as quais, assumiu o compromisso de conservar o meio ambiente. Por conta disso, a própria atividade agrícola também começou a se pautar nessas novas demandas de

²² ANDRADE, Emeleocípio Botelho. *O homem que tentou domar o Amazonas*. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2011; EMBRAPA. Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. PA). *Plano Diretor do Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental - CPATU*. Belém, 1993, p.11

²³ Idem, p.11.

²⁴ Ibidem, p. 5.

“preservação e conservação dos recursos naturais, de evitar a contaminação ambiental e a racionalização no processo de desmatamento e reflorestamento, principalmente da Amazônia” (EMBRAPA, 1989:6). Frente a esse novo contexto, a missão da empresa foi redefinida e se tornou: “promover e realizar o desenvolvimento científico e tecnológico para a solução dos problemas do setor agropecuário, florestal e da agroindústria” (EMBRAPA, 1989:6). Nesse sentido, uma das metas principais a serem atingidas seria a busca de alternativas para um tipo de agricultura que “domine a natureza sem agredi-la, compatível com os padrões ecológicos” (EMBRAPA, 1989:7). Ainda não foi possível compreender com clareza as razões que levaram a empresa a passar por essa reorientação que colocou o desenvolvimento sustentável no centro de suas preocupações. Essa é uma das questões principais que será examinada ao longo desta pesquisa que continua em andamento.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Emeleocípio Botelho. *O homem que tentou domar o Amazonas*. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2011.
- BRASIL, Decreto nº 72.020, de 28 de março de 1973. Aprova os Estatutos da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72020impressao.htm>.
- CABRAL, José Irineu. *Livro Preto: Sugestões para formação de um Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária*. Embrapa Informação Tecnológica, 2006.
- CLEMENTE, José Eduardo Ferraz. *Ciência e política durante a ditadura militar: o caso da comunidade brasileira de físicos (1964-1979)*. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- EMBRAPA. *Atos Constitutivos*. Brasília: DF, Embrapa, ATA, 1984.
- _____. Assessoria de Comunicação Social. *Relatório ambiental*. Brasília: DF, 2002.
- _____. Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental (Belém, PA). *Plano Diretor da Embrapa Amazônia Oriental - CPATU*. Belém, 1993.
- _____. Departamento de Planejamento. *Diretrizes estratégicas da pesquisa agropecuária: síntese do 1º Plano Diretor da EMBRAPA (1988-1992)*. Brasília: EMBRAPA, 1989.
- PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio S. (2003), O Milagre Brasileiro: Crescimento Acelerado, Integração Internacional e Concentração de Renda -1967-1973. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.), *O Brasil Republicano: O Tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. A pesquisa agropecuária federal no período compreendido entre a República Velha e o Estado Novo. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v. 4, n. 2, p.129-153, mai/ago 1987.

_____. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Caderno de Difusão de Tecnologia*. Brasília, v. 4, n. 3, set./dez. 1987

SCHWARTZMAN, Simon. O grande salto à frente. In: *Um Espaço para a Ciência: A Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Brasília: MCT/CNPq/CEE, 2001.

SIQUEIRA, Alberto Luiz. *Órgãos agrícolas em Sergipe: panorama histórico da pesquisa*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2006

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.